

Sistema híbrido vai frustrar brasileiros

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O maior dos desatinos por acontecer na Assembléia Nacional Constituinte, a adoção de um sistema parlamentarista híbrido de governo, poderá levar o País a frustração maior do que a renúncia de Jânio Quadros, a morte de Tancredo Neves ou o malogro do Plano Cruzado I. Fala-se da eleição do futuro presidente da República. A campanha pelas diretas já mobilizou milhões de pessoas e, mesmo derrotada no Congresso, em 1984, exprimiu de maneira ímpar o sentimento nacional. O anseio de votar para presidente da República significou, mais do que tudo, a vontade de mudar, expressa por toda a sociedade. Tanto assim que pouco depois de instalada a Nova República, ainda que por via indireta, o presidente José Sarney tomou a iniciativa de enviar ao Congresso emenda constitucional estabelecendo as eleições diretas. Elas foram aprovadas em tempo recorde, inserindo-se na atual Constituição e não podendo deixar de fazer parte da nova. Não há força humana capaz de levar deputados e senadores, mesmo adotando um parlamentarismo distorrido, a votar a revogação das eleições presidenciais diretas. O mundo cairia, e, mais precisamente, sobre as cabeças de suas excelências.

Agora imagine-se as eleições diretas realizadas em novembro de 1989, o que hoje parece mais provável, ou até antecipadas para o ano que vem. Elas vão polarizar e emocionar a Nação até mais do que a realização de um campeonato mundial de futebol em nosso território. Tanto faz que os candidatos venham a ser Ulysses Guimarães, Mário Covas, José Richa, Waldir Pires, Aureliano Chaves, Marco Maciel, Leonel Brizola, Luiz Inácio da Silva ou Paulo Maluf. Destes, aliás, dificilmente passarão as opções.

Serão meses de campanha árdua, de confronto de idéias, de debates de toda ordem. No final, não uma porém duas disputas, as mais renhidas, pois a Constituição fala de dois turnos, caso nenhum dos candidatos tenha obtido maioria absoluta na primeira votação. Essa regra, da mesma forma, não deixará de ser incluída na nova Carta.

Pois bem, depois de um esforço desses, para alguns uma verdadeira festa democrática, o que acontecerá, qualquer que seja o vencedor? Ele deverá pedir desculpas ao eleitorado e, na hora de assumir, reconhecerá que não vai fazer nada. Despirá o terno, trocando-o pelo manto de rainha da Inglaterra. Os 30 milhões de votos recebidos, ou mais, pesarão menos do que as conveniências e os interesses de 559 deputados e senadores, pois o sistema de governo, se aprovada a aventura constituinte, colocará boa parte do poder em mãos de um primeiro-ministro. Este, pelas idéias em desenvolvimento, será um parlamentar, tanto faz se eleito por 20 mil votos, mais, ou menos.

Com o sentimento popular não se brinca, nem será necessário, nestas considerações, falar dos problemas que o parlamentarismo trará, de falta de partidos reais e estru-

turados e de ausência de um arcabouço administrativo eficiente, capaz de tocar o País enquanto vivermos crises de gabinete, moções de desconfiança e formação de novos conselhos de ministros.

Basta ficar na preliminar, de ver o eleitorado frustrar-se diante da impotência do presidente que tiver escolhido. Há um limite para tudo e, mesmo sem sinistrose nem previsões de golpes ou convulsões sociais, salta aos olhos que boa coisa não advirá da iniciativa parlamentarista.

São essas coisas que vale repetir. O presidente Sarney está contra o novo sistema híbrido: Ulysses Guimarães, também, Aureliano Chaves e Marco Maciel, nem se fala. Dos militares, não há o que dizer. E assim por diante. Apesar disso, a tese prougride e parece ter ganho o apoio de Bernardo Cabral, relator da Comissão de Sistematização. Ele não poderia agir de outra maneira senão incluir a sugestão recebida da Comissão de Organização dos Poderes, dizem seus companheiros. Mas o bom senso terá razões superiores às do regimento interno da Assembléia Nacional Constituinte. Há tempo, ainda, para que prevaleça.

O que se pergunta é se os constituintes terão coragem bastante para, adotando o parlamentarismo híbrido, acabar com as eleições presidenciais diretas. Haveria justificativa, pelo menos conforme a doutrina do sistema parlamentar de governo, mas o caso é de coragem, mesmo. E ela vai faltar, pois o impacto da frustração popular diante de um presidente eleito e mantido só seria menor do que este outro, de revogação pura e simples das eleições diretas.

Desta forma, em termos institucionais, arriscamo-nos a ficar como o cidadão da piada: preso por ter e preso por não ter cachorro. Aliás, esta parece uma característica dos trabalhos constituintes: a desvinculação de deputados e de senadores dos compromissos maiores assumidos em praça pública. Ninguém defendeu a estatização, nos comícios, como nenhum candidato, salvo engano, elegeu-se em nome da redução das horas semanais de trabalho e da introdução do lazer como objetivo maior do desenvolvimento. Em paralelo, seria execrado pelo eleitorado ministro quem fosse fazer campanha no Estado pregando o separatismo do Triângulo. Mesmo na região, pouca gente levantou a bandeira da criação do novo Estado. O que dizem do Maranhão do Sul e do Maranhão do Norte, de Goiás de cima e de Goiás de baixo? As idéias mais está-pafúrdias vão surgindo, entre elas a transformação dos territórios indígenas em territórios estrangeiros, incrustados no Brasil, e outras. Vão surgindo e vão colando, o que é pior. Depois, quando for promulgada uma Constituição irreal, lírica, fantástica ou trágica, veremos cada um se desculpar, dizendo que, individualmente, nada teve que ver com nada. Tanto faz, o mal terá sido feito em nome do bem. E vai ser difícil segurar a campanha por uma nova Constituição, se outras campanhas não se anteciparem...

C.C.

Assim, não

A Secretaria de Administração Pública acaba de editar uma espécie de catecismo parlamentarista, com palavras de Raul Pilla a respeito desse sistema de governo. O velho papa do parlamentarismo no Brasil, recorde-se, foi quem se negou a assinar a emenda de 1961, por julgar que os sistemas não se alteram na calada da noite, muito menos casuisticamente, para resolver crises.

Pois o prefácio do livreto é de autoria do ministro da Justiça, Paulo Brossard, outro parlamentarista histórico. Vale reproduzir o parágrafo final dessa introdução:

"Os ideais de Raul Pilla não morreram. Continuam vivos. São numerosos os constituintes que abertamente os defendem. O parlamentarismo volta a ser pregado. A ser adotado, porém, como se deseja e espera, deve ser de maneira integral, sem deformações e arranjos mutilados, tal como defendia o inextinguível doutrinador e democrata exemplar."

Entulho velho

Mostrava-se satisfeito, ontem, o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto. Depois de meses de estudos, análises e conversações, o governo enviou ao Congresso projeto de nova lei de greve e organização sindical. Pela primeira vez, desde 1937, isto é, há 50 anos, o poder público tem a coragem de propor a remoção do maior dos entulhos autoritários vigentes no País, coisa que vem da ditadura fascista do Estado Novo. Desbulca-se, pelo projeto, governo e organização sindical. A dependência dos sindicatos ao Ministério do Trabalho desaparece por completo, levando de roldão o vício paternalista de cinco décadas.

Importa saber se as lideranças sindicais aceitarão o desafio, na linha que teoricamente elas vêm pregando há muito, ou vão ceder à tentação de continuar atreladas ao poder público. O desaparecimento do imposto sindical e a liberdade de associação constituem aspectos fundamentais do texto encaminhado pelo presidente Sarney ao Congresso. Tornou lei, ele determinará à Justiça do Trabalho, não mais ao Ministério do Trabalho, atribuir atividades criadas pela liberdade de associação. Ao mesmo tempo, contemplando mais objetivamente o direito de greve e levantando restrições impostas pelo regime de 1964, o projeto exige a verdade. Decretação de paralisações, ou seja, greves, só depois de malogrados os entendimentos entre as categorias e, mais do que isso, com voto direto e secreto das assembleias de trabalhadores. Terminará a discutível manobra que decreta greves por aclamação, determinadas por quem grita e intimida mais os adversários. Para começar, essas assembleias só se instalarão com número regimental, e a decisão de seus participantes estará resguardada pelo sigilo das urnas.

Para Pazzianotto, os abusos praticados com o imposto sindical são de estorrecer, e atingem tanto as entidades trabalhadoras quanto as patronais. Ainda recentemente, na última assembleia na Organização Internacional do Trabalho, em Genebra, estavam perto de 30 representantes sindicais brasileiros, quase todos de organizações patronais. Quem pagou as viagens, incluindo turismo dentro e fora da Suíça? Num tempo de desamor, a lógica, ele conclui, fica feliz em tentar ser lógica.